

ESPAÇO ORGANIZACIONAL E PODER: UMA ANÁLISE DAS TENTATIVAS DE ORDENAMENTO DO TRÁFEGO E DAS SUBVERSÕES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Bruno Eduardo Freitas Honorato¹

Glauce Cristine Ferreira Santos Viegas²

INTRODUÇÃO

O controle, enquanto prática organizativa, é parte da dimensão do trabalho e pressuposto para o sucesso organizacional. Também se associa a uma noção de ordem ou de limites sociais, que destaca a restrição da conduta e socialização dos indivíduos. Pressupõe-se que a função de controle nas organizações, qualquer que seja a sua natureza, não consegue dar conta de todos os fenômenos a que se dedica, deixando brechas e fissuras, o que dá margem para subversões cotidianas. A subversão, no sentido aqui tratado, se aproxima do conceito de táticas definido por Certeau (1998); e o controle, por sua vez, pode ser analisado segundo o que esse mesmo autor denominou estratégia. Esses conceitos, na teoria das práticas cotidianas, têm sentidos diferentes dos usu-

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas. <http://lattes.cnpq.br/0918420069554526>. <https://orcid.org/0000-0003-3670-0095>. brunoefh@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Varginha, Avenida Celina Ferreira Ottoni, 4000, Padre Vitor, Varginha, MG, Brasil. CEP: 37048-395. Telefone: (55 35) 32198640.

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Analista de Projetos da Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/7517201400035713>. <https://orcid.org/0000-0002-4258-0969>. glauceviegas@yahoo.com.br.

ais e, respectivamente, correspondem às ações que subvertem a estabilidade da ordem na organização e às práticas que buscam organizar um determinado espaço e fundar uma nova configuração posicional (Certeau, 1998).

A teoria das práticas cotidianas, Certeau (1998) não só rompe com o caráter normativo da prática social, como permite a análise das diferentes formas de apropriação do espaço. Na teoria organizacional, o enfoque na dimensão espacial visa trazer contribuições para os estudos sobre gestão, evidenciando a importância simbólica do espaço nos relacionamentos e processos organizacionais. O estudo dos espaços organizacionais é uma área caracterizada por contribuições fragmentadas e difíceis de agregar. Entretanto, conforme afirmam Taylor e Spicer (2007) em sua revisão da pesquisa sobre os espaços organizacionais, o campo dos espaços organizacionais estaria se aproximando da maturidade. Os autores, em geral, estudam o espaço de três formas diferentes: a concepção de espaço como distância entre dois pontos; a concepção de espaço como relações de poder materializadas; e a concepção do espaço como manifestação da nossa imaginação (Taylor & Spicer, 2007). Parte de nossa intenção aqui é contribuir metodologicamente, empiricamente e teoricamente, para uma discussão do espaço organizacional como materialização das relações de poder e para uma análise semiótica do espaço na qual esse processo de materialização é vivido e experimentado.

Nesse sentido, a instituição federal de ensino superior (IFES) tomada neste trabalho como *locus* investigativo, se insere no que os autores têm trabalhado como sendo uma organização social constituída de espaços organizacionais, uma vez que os diferentes grupos, vinculados ou não à comunidade acadêmica, praticam, direta ou indiretamente, diversas formas de apropriação e domínio do espaço, levando em conta suas capacidades de significação e ressignificação nas interações cotidianas.

De acordo com Prestes Motta (1993), a investigação de práticas sociais de controle nos estudos organizacionais é central para compreensão da importância das organizações

na sociedade contemporânea. O entendimento de que as organizações se constituem por processos provenientes da interação humana em uma constante atividade de interpenetração da realidade social evidencia, sobretudo, uma rede de representações complexas, mais intersubjetiva do que objetiva. Destarte, o enfoque sobre as práticas sociais propicia um debate sobre as diferentes formas de controle e organização exercidas pelos sujeitos nas interações cotidianas, destacando uma dinâmica de poder nos espaços organizacionais.

Baseado nessa compreensão, nesse artigo se objetiva identificar e analisar estratégias de controle e práticas subversivas exercidas pelos diferentes atores sociais em suas interações cotidianas no espaço organizacional de uma instituição federal de ensino superior. Ao abordar a fotografia como fonte de dados nesse trabalho, propomos que as imagens que registram as práticas sociais no espaço organizacional da IFES sejam tratadas não apenas como ilustrações, mas como recurso para construção do conhecimento (Tacca, 2005). Assim, a relação semissimbólica constitui um sistema que organiza os conteúdos simbólicos e desvela seus sentidos e significados.

Nosso estudo foi dividido em cinco partes. A primeira compreende essa introdução e precede a segunda, que referencia os aportes teóricos das temáticas investigadas. A terceira parte descreve os aspectos metodológicos e a quarta parte, por sua vez, apresenta os registros fotográficos, analisados segundo os pressupostos semissimbólicos. Por fim, na quinta parte são apontadas discussões e considerações finais sobre o estudo.

O CONTROLE COMO PRÁTICA DE ORDEM NA SOCIEDADE E NAS ORGANIZAÇÕES

Bem antes da emergência das teorias organizacionais contemporâneas, nas práticas gerenciais que remontam a textos do antigo Egito, China, Grécia, Índia e Mesopotâmia, as relações entre líderes e seguidores já indicavam noções de poder e controle nas in-

cipientes organizações que se formavam entre os homens (Starbuck, 2003). Delineando os princípios das formações organizativas e das teorias em organização, Starbuck (2003), conta que num primeiro momento (nos escritos até 3000 A.C.), os textos encontrados sobre práticas gerenciais se referiam apenas a noções básicas da relação entre subordinados e superiores de duas formas. O conceito de organizações ainda nem havia surgido, embora os escritores já esboçassem que, na realização dos objetivos conjuntos, dimensões de poder e subordinação a um ou a poucos indivíduos específicos faziam parte da própria relação e se diferenciavam pela escolha dos líderes.

No estudo dos controles sociais nas organizações, Prestes Motta (1993) afirma que, a temática do controle social como prática organizativa é central na análise das organizações. Segundo Prestes Motta (1993, p. 69), uma vez que as organizações são consideradas empreendimentos que visam à produção de bens, conhecimentos etc., ao mesmo tempo em que atuam como “instâncias de controle, a serviço de sistemas sociais maiores”, o estudo desse tipo de prática constitui é indispensável ao entendimento da importância da organização na sociedade atual. Desde que as teorizações sobre a Administração empreendem os temas referentes à organização do espaço e das atividades, aos fins que objetivam lucros, e à direção dos recursos para o alcance das metas empresariais, entende-se que o controle, enquanto prática, é parte do trabalho dos gestores e é “natural” no ambiente organizacional como pressuposto para o sucesso. Essa naturalização, em parte entendida pela funcionalidade pretendida por alguns na atividade das organizações, abrange a noção de ordem ou de limites sociais que se destacam na restrição das condutas humanas na organização.

O controle social é exercido nas organizações, inicialmente enquanto forma de socialização dos indivíduos nas condutas aceitas no ambiente de trabalho e, depois, pela legitimação das regras a serem seguidas por todos, a fim de estabelecer os critérios adequados à convivência em sociedade, culminando o desenvolvimento da perspectiva burocrática, amplamente teorizada por Max Weber. Dessa noção de controle, atribuída

ao convívio nas sociedades desde o seus mais antigos formuladores e convergindo nas organizações como o “sistema social mais formalizado da sociedade” (Prestes Motta, 1993, p. 69), atribui-se à prática organizativa uma noção de que as regras são inerentes, impessoais e representam o interesse social de uma maioria que visa o “bem comum”, bem como o desejo de ordem que todos os seres deveriam ter, independente da dimensão política e ideológica que tal ordem assuma. Desse controle social à perspectiva burocrática, passando pelo controle nas organizações, tem-se não mais do que uma justificativa de que a submissão à ordem estabelecida é menos uma escolha individual do que uma obrigação social.

Analisando as justificativas que homens e mulheres dão as suas ações, Albertsen e Diken (2001) relatam que os argumentos dados para determinadas práticas sociais podem ser pensados em regimes, mais ou menos fechados, de justificação. Esses regimes, que também legitimam a criação das políticas públicas e a organização do espaço social segundo regras determinadas, elegem os critérios pelos quais a sociedade alimenta condutas e estabelece práticas que se tornam socialmente necessárias ao convívio humano. Entre tais regimes, chama atenção a abrangência do que os autores relatam ser o regime industrial de justificativa. Nessa perspectiva, as grandezas valorizadas são a eficiência, a ordem, a garantia de funcionalidade, a produtividade, a *performance* e as repostas utilitárias à vida humana. Nesses critérios – sobre os quais a maioria das organizações funda suas práticas e estabelece suas normas – legitima-se uma ordem que privilegia uns em detrimento de outros, segundo a definição das posições. Não é difícil perceber que a ordem estabelecida por esses critérios seja uma ordem que fortaleça a funcionalidade, a precisão, a produção e a eficiência, relegando ao inadmissível o que foge a esses padrões de existência.

Interessa que a ordem, enquanto noção desenvolvida neste trabalho, seja entendida como uma estratégia organizativa possível, planejada e executada segundo critérios de algum grupo social, ou de um indivíduo, dentro de um regime definido que justifique,

ou tente justificar, racionalmente, sua existência. Isto é, a ordem estabelecida é pensada e justificada socialmente segundo critérios construídos, aceitos pela sociedade e, mais ainda, politicamente pragmáticos segundo os fins que pretendem. A ordem, pensada como conceito, é utilizada pelos indivíduos para definir um espaço e limitar o “consumo” (Certeau, 1998, p. 16) que pode ser feito nesse espaço, definindo regras de movimentação e possibilidades de ganhos de cada parte que se envolve. Nesse sentido, a ordem é definida como ordem por um grupo social. O controle, por sua vez, enquanto prática organizativa, se enquadra nos domínios da ordem, tendo como fundamento o pressuposto de que é o registro adequado a partir do qual a vida organizada deve funcionar. A análise certeuniana é uma análise da dinâmica de poder entre ordem/estabilidade e subversão/inação nas práticas cotidianas. A inováção, ou subversão, é parte da dinâmica de construção das relações sociais no espaço vivenciado. Para Certeau (1998) o conceito de espaço remete a apropriação social de um lugar e aos usos subjetivos feitos desse lugar.

Numa interlocução com a genealogia do poder foucaultiana também podemos pensar a ordem, e mais especificamente as práticas e processos de controle organizacional, vinculados à história de tecnologias sociais interrelacionadas que são construídas para organizar como nos relacionamos uns com os outros. Conforme apontam Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016), a análise dos dispositivos focaultiana pode ser articulada como uma história e uma tipologia de tecnologias sociais conectadas, assim como uma potente abordagem analítica da realidade social. O termo “dispositivo” na abordagem de Foucault sugere, na análise dos dispositivos, a virtude de focar na aparência de certas inclinações ou disposições sociais e nas articulações do modo como esses arranjos afetam as interações sociais e o comportamento humano, seja nas organizações ou não. Isto é a construção de uma ordem como elemento da vida social se dá a partir de tecnologias sociais organizadas em relação às resistências a essa ordem. A noção focaultiana de dispositivos, segundo Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2016) possibilita uma reflexão conceitual e metodológica para os assuntos das organi-

zações, já que o âmbito de dispositivos e tecnologias sociais aponta para as práticas e processos do organizar e não para categorias já estabelecidas na análise organizacional que, por vezes tomam o controle como um aspecto fundamental, e por outras como um entrave às expressões subjetivas. Na análise dos dispositivos foucaultiana os elementos de uma oposição binária (poder/resistência; agencia/estrutura etc.) aparecem como interrelacionados e como parte da mesma correlação. Dessa forma, assim como para Certeau (1998), em que a noção de estratégia, isto é de uma configuração estável, está inter-relacionada com a noção de tática, isto é de uma possível fissura ou subversão à estabilidade; uma análise dos dispositivos a partir de Foucault sugere um entendimento das dinâmicas organizacionais e organizativas como processos complexos nas dimensões do poder, estratégias e resistências enquanto elementos não dicotômicos.

Tendo em vista a noção de ordem como estabelecimento de uma configuração de posições, é possível pensar em ações que ultrapassam os objetivos para os quais foram destinadas dentro dessa mesma ordem como práticas de poder, de subversão do consumo a que foram destinadas. As práticas que rompem com o que lhes fora estabelecido enquanto obrigações formais são chamadas aqui de subversivas. Práticas subversivas (Carrieri *et al.*, 2008) são operações que fazem um uso ilegal do que é determinado pela ordem. Seja por vias ilegais ou não, a subversão é entendida aqui enquanto uma forma de agir que foge ao controle formalizado nas organizações. Nesse sentido, a subversão se aproxima do conceito de táticas definido por Certeau (1998), que servirá de guia ao entendimento das práticas situadas nesse trabalho.

SUBVERSÃO NAS ORGANIZAÇÕES: AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA

Como explicam Carrieri *et al.* (2008, p. 3), o termo subversão pode ser entendido como uma “reação de um conjunto de vozes marginalizadas e silenciadas pela estrutura dominante”, tomando-se como fundamento que a subversão “opera na clandestinidade, e se sustenta através do conflito”. Subverter, nesse sentido, é fazer uma apropriação in-

devida dos elementos dispostos em uma ordem. Lembrando que nem sempre a ordem estabelecida corrobora com os interesses de todos os envolvidos e conferem privilégio àqueles que detêm força e poder para influenciar sua estruturação.

A subversão opera como “microrresistências” que possibilitam fazer usos diversos de algo que deveria ser recebido passivamente (Certeau, 1998). Cabe a ressalva de que as palavras tática e estratégia na teoria de Certeau (1998) têm sentidos diferentes daqueles correntemente utilizados. Na teoria das práticas cotidianas, Certeau (1998) defende que as ações humanas operam em diferentes registros e, por vezes, buscam organizar um dado espaço e fundar uma estabilidade nas posições. As práticas estabelecidas dessa maneira são entendidas como estratégias e, as ações que subvertem a organização atual de uma dada configuração e buscam fissuras possíveis ao pequeno poder, Certeau (1998) entende como táticas. Bem como aponta a dinâmica do poder foucaultiana em que o poder não assume uma concepção negativa enquanto restrição e repressão das liberdades humanas, mas como uma malha em que a resistência à determinada prática se configura como poder tanto quanto uma ação que visa limitar ou restringir os comportamentos; a noção de táticas e estratégias em Certeau (1998) não é dualística. Ambas são expressões de poder, seja ela uma expressão da instituição de um poder enquanto dominação ou de um micro poder enquanto resistência individual. Se para Certeau (1998) as táticas se configuram como insurgências a operações estratégicas, para Foucault (2010), as técnicas e procedimentos pelos quais se tenta conduzir as condutas no governo de si e dos outros são a fonte inequívoca de uma história de resistências.

Enquanto as características das ações estratégicas podem ser pensadas como capacidade de estabelecer uma hierarquia, busca incessante de uma configuração estável de posições, e capacidade de organizar o espaço; as táticas, enquanto operações práticas, se caracterizam por buscar o rompimento com o estabelecido, por serem totalmente instáveis nas suas produções, e por serem operações dinâmicas, cumprem as suas fun-

ções de subverter e se dissipam (Josgrilberg, 2005). Tem-se, portanto, que táticas e estratégias são operações que se opõem (Certeau, 1998) e, nesse sentido, são manifestação de poder institucionalizado nas tecnologias de controle social da organização e de micropoderes individuais que dizem respeito a não adesão dos sujeitos à configuração de uma determinada ordem no processo de organizar da IFES estudada.

A partir daí, pode-se entrever um caminho para a ideia de subversão nas organizações enquanto práticas que se opõem a uma determinada configuração ordenada. Metaforicamente, é possível transpor os conceitos de tática e estratégia para a dimensão das políticas e das ações sociais, na medida em que políticas podem ser pensadas como formadoras de estratégias e, portanto, de ordem; enquanto ações sociais podem ser pensadas como práticas que, ora corroboram com as políticas (ordem) caracterizando operações estratégicas e, ora fogem ao domínio delas, caracterizando subversões, ou como defende Certeau (1998), táticas.

O ESPAÇO ORGANIZACIONAL

O enfoque da dimensão espacial nos estudos organizacionais tem contribuído para evidenciar a importância simbólica do espaço nos relacionamentos, processos das organizações e na materialização das relações de poder. Em alguns casos, como quando é tratado como distância entre dois pontos ou como experiência subjetiva (Taylor & Spicer, 2007; Cairns, 2002) indica certa neutralidade ou secularidade em relação à gestão, o que tem sido criticado. Para Mac-Allister (2003), a produção científica sobre o espaço na Administração vem sendo, muitas vezes, reificada e reduzida questão locacional ou meramente física, vinculada, sobretudo, à dimensão econômica, em detrimento da dimensão espacial.

A importância do espaço simbólico é evidenciada por Pereira e Carrieri (2005), que o caracterizam como ambíguo e relacional, dependente de consenso social em situações

de interação, indicador de traços culturais e identitários, entre outros aspectos inerentes ao contexto organizacional e à ocupação simbólica do espaço, os quais aproximam o tema às relações de poder. Rodrigues (1997) corrobora essa perspectiva, afirmando que os processos organizacionais retratam como os indivíduos e grupos se relacionam, compartilham e competem, refletindo significações que remetem às relações de poder e dominação.

A referência às relações de poder e dominação no espaço organizacional remete à temática da territorialidade (Brown, 2005; Corrêa, 1996; Pereira & Carrieri, 2005). Os estudos feitos por esses autores pressupõem que determinados grupos sociais se apropriam do espaço organizacional por meio de um conjunto de práticas e expressões que, além do aspecto material, envolvem elementos simbólicos, como afetividade, identidade, cultura e poder. Em uma perspectiva organizacional, conexas à dimensão simbólica e baseada na psicologia, o território “designa um lugar ou uma área geográfica ocupada por uma pessoa ou um grupo” (Fischer, 1994, p. 89). Nessa abordagem, assim como na psicologia, o senso de apropriação está no cerne do conceito, alcançando as apreensões individuais em relação à organização, considerada como território de ação social (Raffestin, 1993).

O conceito de território também se aplica a processos de desterritorialização e reterritorialização. Segundo Pereira e Carrieri (2005), na análise organizacional, a desterritorialização pode ser vista como um desvinculamento ou esvaziamento social e cultural particular para concepção de uma identificação entre indivíduos e organizações. Seria, então, uma estratégia dos grupos dominantes em um movimento de (re)apropriação territorial, o qual envolve restrições, impedimento e exclusões e provoca uma alteração na relação com a organização. Já a reterritorialização corresponderia à concepção de novos vínculos ou busca contínua de ressignificação pelos sujeitos (Pereira & Carrieri, 2005).

Para Harvey (1992), os processos de apropriação, desapropriação e reapropriação também envolvem as formas de organização e ordenamento do espaço. De acordo com Andrade, Jayme e Almeida (2009), mudanças nas formas de apropriação do espaço incluem privatização, cerceamento e retração, e priorizam a convivência em espaços cada vez mais vigiados e privatizados. Nas organizações, essa compreensão se reflete no controle sobre os indivíduos que, por sua vez, apresentam atividades e comportamentos reativos, revelando tensões e conflitos. Segundo Hansen (2002), as formas de apropriação do espaço propiciam restrições que, mesmo não formais, são tão ou mais eficazes que o controle formal.

Tendo em vista sua construção social, o espaço expressa processos gerais e dinâmicos e, por assim ser entendido, é *locus* de conflitos, poder e afirmação entre os diferentes grupos sociais (Hansen, 2002). O espaço organizacional se vincula a essa compreensão por articular relações entre diferentes sujeitos e estruturas, os quais se contornam às dimensões econômicas, sociais e culturais. O espaço é, assim, apropriado de diferentes formas por aqueles que nele interagem cotidianamente. O espaço praticado pode ser bem diferente do planejado (Certeau, 1998). No que tange a essa apropriação diversa, a universidade também se identifica com os espaços organizacionais estudados. Como sugere Chauí (2003), a universidade tem se aproximado cada vez mais do conceito de organização social, enquanto desprende-se do conceito de instituição. Como *locus* de conflito e afirmação dos diferentes grupos, reflete as características de uma construção organizacional na medida em que visa uma ordenação dos elementos internos e uma organização do espaço para fins de "planejamento, previsão, controle e êxito" (Chauí, 2003, p. 6).

A instituição federal de ensino superior tomada neste trabalho como *locus* investigativo, se insere no que os autores têm trabalhado como uma organização social constituída de espaços organizacionais, onde os diferentes grupos, vinculados ou não à comunidade acadêmica, praticam direta ou indiretamente diversas maneiras de apropriação

e domínio do espaço, levando em conta a capacidade de significação e ressignificação dos sujeitos que nele interagem. Nesse sentido, a possibilidade de interferência física e simbólica no fluxo de veículos e pedestres, vinculados ou não ao *campus* universitário, vincula-se à capacidade organizativa do espaço. Com isso, torna-se possível analisar uma noção de ordem em relação às práticas sociais desenvolvidas dentro da universidade, compreendendo também às práticas que fogem a tal ordem, isto é, as práticas subversivas que permeiam a construção desse espaço.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho é de natureza qualitativa, concordando com González Rey (2005) no que se refere à construção de conhecimento a partir de uma realidade ontologicamente fundada na dimensão social. A partir disso, entende-se que o conhecimento, construído por meio de dados iconográficos, pode corroborar com as temáticas iniciais de que se dispõem – controle como prática organizativa e subversão nas organizações. Nesse processo, confronta-se a realidade que se buscou registrar com os aspectos da teoria organizacional, tendo como resultado uma construção interpretativa do objeto abordado. Os pesquisadores, ao registrarem as práticas cotidianas dos atores sociais no *campus* da universidade, optaram por um foco: os aspectos relevantes da organização desses atores em relação à ordem instituída no *campus*.

Daí em diante, entende-se que o recurso fotográfico nos estudos organizacionais é uma proposta de aproximação das dimensões afetivas, emocionais e estéticas presentes na realidade das organizações (Cavedon, 2005). Conforme Saraiva (2017, p. 47), o avanço na compreensão sobre as organizações pressupõe “diferentes possibilidades de conhecimento, de registro e de apreensão dos fenômenos organizacionais, o que torna importante iniciativas que apontem olhares plurais sobre o que se passa na organização”. Segundo o autor, a predominância de uma forma de coleta de dados nas pesqui-

sas qualitativas pode culminar uma espécie de ditadura metodológica e empobrecer o contexto sócio-organizacional.

Ao abordar a fotografia como fonte de dados nesse trabalho, propõe-se que as imagens que registram o fluxo de veículos e pedestres na IFES sejam tratadas não apenas como ilustrações, mas como recurso para construção do conhecimento (Tacca, 2005). De acordo com Tacca (2005, p. 12), “a imagem produzida culturalmente é quase sempre incorporada à mente dos indivíduos sem mediações interpretativas”; entretanto, pela via fotográfica elas possibilitam outro olhar, “fora do mundo cultural do indivíduo”, o que permite uma reflexão sobre a condição do observador perante práticas, muitas vezes, diferentes das suas, fundando uma possível apropriação de novos sentidos relacionados à imagem.

O *corpus* dessa pesquisa é constituído por quatro fotografias relacionadas ao fluxo de veículos e pedestres no *campus* da IFES, registradas e selecionadas segundo a representação das temáticas investigadas e por sua contribuição à compreensão da dinâmica simbólica no espaço organizacional. A fim de permitir a construção do conhecimento mais do que uma forma de representação imagética, foi conferido um tratamento sistemático a cada uma das imagens, segundo pressupostos semissimbólicos. De acordo com Felicíssimo (2012, p. 91) a semiótica é uma teoria que se interessa diretamente pela “construção e aparecimento do sentido no texto”. Nela investigam-se os planos do texto buscando elementos de forma e de conteúdo que, somados produzem um efeito de geração de sentido para o observador. Entende-se que o texto, verbal ou visual, carrega em si dois planos principais³, que se dividem em vários elementos, a saber: o plano da expressão e o plano do conteúdo.

³ Os planos principais, de conteúdo e expressão, diferem-se dos aspectos plásticos, tratados na análise das imagens como primeiro, segundo e terceiro planos.

No plano de conteúdo é possível “apreender o aparecimento do sentido e o seu enriquecimento ao longo do nível fundamental, narrativo e discurso” (Felicíssimo, 2012, p. 91). Refere-se, portanto, à busca de conteúdos que gerem sentido. Por outro lado, o plano de expressão refere-se à organização, ou à estrutura do texto a fim de construir um significado para o observador. Nesse plano, a forma em que estão dispostos os elementos pode ou não sugerir um sentido. No caso de sugeri-lo, o plano de expressão interfere diretamente no plano de conteúdo, evidenciando a forma como esse enunciador chama a atenção do enunciatário no texto. Ao se relacionar os planos de expressão e de conteúdo, verificando os elementos que os compõem, desvela-se a relação semissimbólica presente no texto (Felicíssimo, 2012). A semiótica, enquanto método de análise, trabalha com os dois planos a partir da investigação do processo semissimbólico de forma a apreender o plano de conteúdo no plano de expressão. A partir daí, tem-se a busca dos sentidos gerados no texto. Tendo em vista essa compreensão e baseado em Baeder (2007), o tratamento dos dados iconográficos seguiu um roteiro⁴ de identificação e análise a partir dos seguintes elementos: a) principais elementos da imagem⁵; b) aspectos plásticos⁶; c) principais aspectos semânticos⁷; d) estratégias plásticas do enunciador em relação ao enunciatário da imagem⁸; e) estratégias de persuasão enunciativa⁹; f) categorias formais plásticas¹⁰; e g) categorias de conteúdo¹¹, conforme a próxima seção.

⁴ Os elementos desse roteiro se baseiam nos pressupostos de Baeder (2007) sobre a análise semissimbólica. Sua organização na forma de um roteiro foi feita pela primeira vez em Saraiva (2009).

⁵ Dizem respeito aos elementos que chamam a atenção inicialmente para a imagem, uma espécie de síntese visual.

⁶ Os aspectos plásticos de uma imagem dizem respeito à forma pela qual os elementos são visualmente apresentados.

⁷ Refere-se ao que os aspectos plásticos remetem, em uma linha de interpretação dos elementos visuais apresentados.

⁸ Diz respeito à forma pela qual o enunciador da mensagem organiza as imagens de maneira a causar um efeito determinado no enunciatário.

⁹ Qualquer imagem encerra uma intenção de persuadir o enunciatário a focalizar sua atenção sobre alguns aspectos em detrimento de outros, para isso fazendo uso da disposição dos recursos visuais.

¹⁰ Referem-se aos elementos usados pelo enunciador ao organizar a imagem, como oposições físicas – claro/escuro, retilíneo/curvilíneo – cores, sentido de leitura da imagem, disposição dos planos visuais etc.

¹¹ A partir dos percursos semânticos e dos elementos visuais, é possível identificar conteúdos que podem ser agrupados em categorias, e analisados tomando como referência os elementos da imagem.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

A figura 1 registra a imagem de um veículo sobre a faixa de pedestres, captada no *campus*, próximo ao restaurante universitário. O conjunto de elementos visuais observados remete às listras sobre a via local, aos veículos de passeio, à calçada com meio-fio e declive, e à área verde urbana.



Figura 1. Veículo sobre a faixa de pedestres

Fonte: Dados da pesquisa.

Na foto, em primeiro plano, veem-se listras brancas sobre a pista, uma faixa de pedestres e direciona a visão do observador para elementos que estão em segundo e terceiro plano, como o veículo de passeio estacionado sobre a faixa e em frente à calçada, parcialmente pintada de amarelo no meio-fio e no que parece uma rampa de acessibilidade, a considerar pelo declive. Vê-se também, já no segundo plano, outros dois carros de passeio alinhados à frente e atrás do veículo centralizado na fotografia.

Em terceiro plano, vê-se a calçada, que antecede um gramado sobre o qual se assentam pequenas árvores, dando impressão de se tratar de uma área verde conservada pela instituição. Na calçada, identifica-se a pintura parcial em amarelo do meio-fio e, sugerindo pela declinação, uma rampa de acesso, destinada a pessoas com dificuldades de locomoção.

É possível identificar um percurso semântico intencionado pelo enunciador em que veem-se conteúdos que podem ser agrupados na categoria de ordenamento, que chamaremos de "ordem", tais como: as listras brancas sobre a pista representando a faixa de pedestres; uma parte da calçada com o meio-fio sem pintura, indicando um posicionamento adequado aos veículos que ali foram estacionados em alinhamento; outra parte da calçada em que se vê a pintura em amarelo no meio-fio, e na rampa ante a faixa de pedestres. Por outro lado, identifica-se na fotografia um aspecto que pode ser relacionado a uma categoria denominada "subversão": o veículo que se posiciona sobre a faixa de pedestres, alinhado ao meio-fio e em frente à rampa de acesso destinada a pessoas com dificuldades de locomoção, o que não é permitido.

O enunciador, por meio das linhas captadas e da centralidade do carro em primeiro plano, sugere o percurso de uma subversão das regras de trânsito na IES. A subversão se dá sobre o ordenamento espacial planejado da IES, configurando um consumo inesperado do espaço. Nesse consumo inesperado, a faixa de pedestres deixa de funcionar como delimitação do espaço de locomoção de transeuntes. A subversão se dá sobre os elementos de ordenamento do espaço da IES, mas, ao mesmo tempo, afeta os transeuntes que tem o seu espaço planejado convertido em estacionamento para o carro que ocupa a posição central na imagem. A rampa de acesso para pessoas deficientes é bloqueada pela presença do carro. Se a IES ordena o espaço do condutor do veículo, o condutor do carro central ordena o espaço de outros transeuntes, especialmente as pessoas com deficiência física que precisam encontrar outras formas

de fazer o percurso que lhes fora garantido pela rampa. Nesse sentido, evidencia-se o aspecto relacional do uso do poder.

A figura 2 marca a presença de muitos veículos de passeio; algumas pessoas; a parada de ônibus, representada pela placa sinalizadora; e elementos da paisagem natural e construída no *campus*. Percebem-se, em um plano mais próximo do observador, seguindo a linha central que compõe uma das extremidades da calçada, vários veículos estacionados ao lado de uma placa sinalizadora. A chapa fixada em uma coluna na cor cinza indica ser uma placa de parada de veículos de transporte de pessoas, cuja orientação, segundo a legislação de trânsito brasileira, orienta que aquele trecho não é apropriado para estacionamento de veículos de qualquer outro tipo.

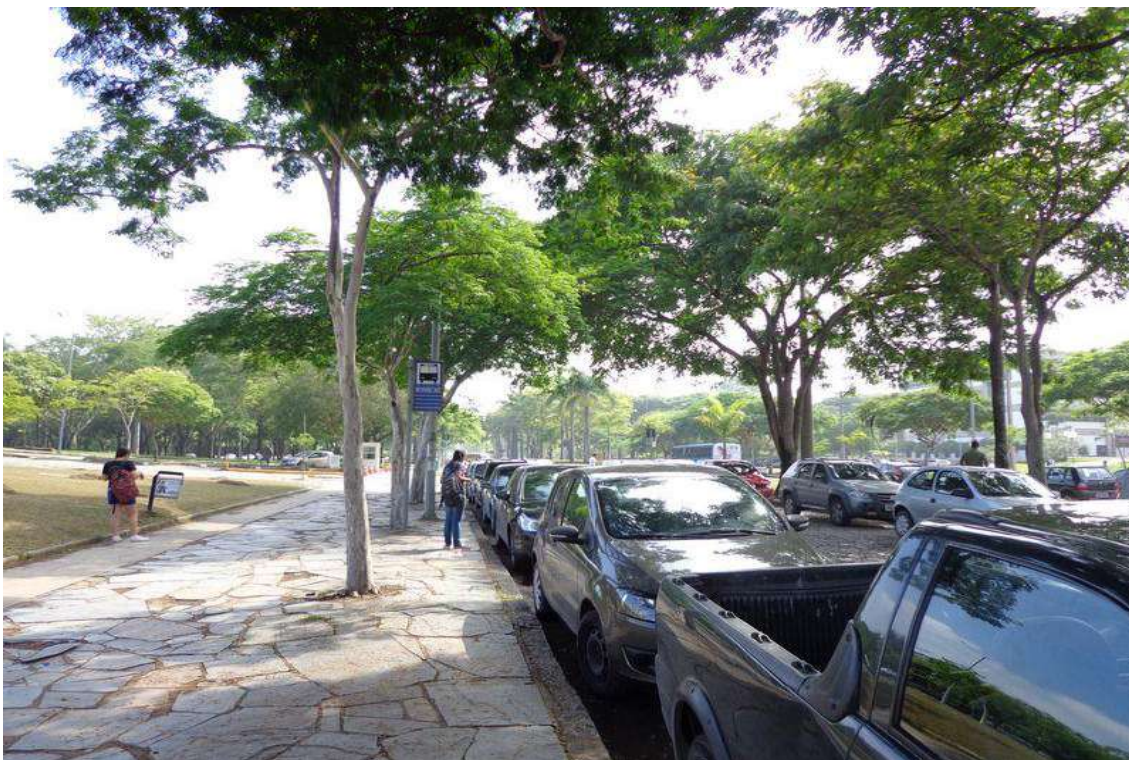


Figura 2. Parada de ônibus

Fonte: Dados da pesquisa

A composição plástica da fotografia permite uma visão ampla do espaço e de diferentes elementos, o que dificulta alguma síntese, mas permite uma análise semissimbólica rica em conteúdo e expressão. Desses conteúdos, agrupa-se na categoria “ordem” os seguintes elementos: a placa de parada de ônibus; o agente de trânsito; a lixeira; a guarita; o porteiro; e os cones. Já na categoria “subversão” pode-se destacar os veículos estacionados ao lado do meio-fio, exatamente no lugar indicado à parada de ônibus. A estratégia do enunciador em relação aos enunciadores provoca, à primeira vista, a prática subversiva de alguns motoristas.

Na figura 2 o enunciador centraliza uma transeunte que aguarda próxima a parada de ônibus sinalizada pela placa. Há um percurso de subversão do ordenamento do espaço da IES, caracterizado pelos usos indevidos do espaço de parada do ônibus interno da IES para estacionamento dos carros, ao mesmo tempo em que há um percurso de (re)ordenamento do espaço pelos condutores de carros em relação aos transeuntes. Da perspectiva da transeunte há uma perda do espaço que lhe fora planejado para tomar o ônibus com conforto e segurança. E da perspectiva dos condutores dos veículos estacionados em frente a parada há um ganho de espaço para benefício individual. O ordenamento do espaço estabelece vínculos operacionais, marca locais e indica valores, conforme afirma Foucault (1991), de forma que, na imagem sugere-se uma dicotomia entre os usos coletivos e usos individuais do espaço. O uso coletivo indica um valor levado em conta pela IES no planejamento do lugar. O consumo indevido dos condutores indica uma subversão também a tal valor. Mais uma vez, fica evidente o aspecto relacional do poder.

A figura 3, uma fotografia de um homem contornando uma barreira com uma fita, indica, do ponto de vista plástico, três planos visuais. Os elementos que chamam a atenção para a imagem contemplam um homem uniformizado; uma barreira de trânsito; uma fita zebra; duas calçadas com paralelepípedos pintados junto à pista de trânsito; algumas placas de trânsito fixadas junto aos postes de concreto fincados nas

calçadas; muitos veículos de passeio estacionados e um veículo utilitário trafegando sobre a via, além de árvores e uma área verde.



Figura 3. Mecanismos e agentes de controle

Fonte: Dados da Pesquisa

No primeiro plano, no centro da fotografia, destaca-se um agente de trânsito. Na imagem, o indivíduo está contornando uma barreira de trânsito vermelha com uma fita plástica listrada nas cores amarelo e preto. A barreira encontra-se sobre a via de trânsito de veículos, próximo à confluência de duas vias, junto à calçada, que tem o meio-fio pintado de amarelo. Já no segundo plano, é possível observar muitos veículos de passeio estacionados em linha reta sobre a via de trânsito, junto a uma calçada que tem o meio-fio pintado de amarelo. Há também um veículo utilitário trafegando no sentido oposto aos carros estacionados. No terceiro plano da foto, a paisagem observada é formada por muitas árvores e por uma área verde urbana. Além do agente de trânsito, na imagem não se percebem outros atores sociais.

Dos conteúdos desses três planos, agrupam-se na categoria “ordem” os elementos que indicam a organização e o controle do tráfego, tais como: o homem uniformizado, a barreira de trânsito vermelha, a fita zebra em amarelo e preto, os paralelepípedos pintados de amarelo e as placas sinalizadoras. Tais elementos representam símbolos que indicam a canalização, o isolamento, a restrição ou regulamentação e a fiscalização do tráfego de veículos no *campus*. Os veículos estacionados a partir da placa que representa a proibição do estacionamento enquadram-se no grupo de “subversão”.

No plano de conteúdo o enunciador tenta persuadir a atenção do observador às estratégias de controle conferidas pelos gestores do *campus*, assim como à tática dos motoristas ao estacionarem em local proibido. O que leva a um percurso de tentativas de ordenamento do espaço da IES. A presente contradição na figura entre o ordenamento do espaço e a subversão ao fundo evidencia os processos de contra-dominância, ou resistências, que surpreendem as expectativas dos planejadores dos espaços. A dinâmica entre ordem e subversão fica evidente nos dois planos da fotografia. O poder não pode ser possuído, conforme afirma Foucault (1999), nesse sentido a dinâmica (tentativas) de ordenamento e subversão é constante. O registro coloca o agente de trânsito no primeiro plano sinalizando que, na relação entre IES e condutores, há uma tentativa inicial de disciplinar os usos por meio de atores humanos que materializam o discurso institucional sobre o uso do espaço e, em segundo plano, um uso insurgente (também humano) do espaço, que subverte o discurso institucional sobre tais usos permitidos.

DISCUSSÃO

A ideia de poder, na perspectiva de Foucault (1999), tem o poder como fluxo, algo sem essência, sem natureza, sem unidade fixa, que não se pode possuir e que é sempre possível na relação. Para Foucault, no Estado o poder se institucionaliza e a partir de tecnologias próprias do contexto disciplina os corpos e regula as massas, mas nunca

completamente. Dir-se-ia que, a dominação é uma instituição momentânea do poder nas mãos de um determinado grupo. A ideia da resistência, entretanto, e da contra-dominação, é constante pelo fato de que o poder não pode ser possuído.

As transformações nas relações de poder analisadas por Foucault trazem o jogo da criação dessas tecnologias que ainda hoje se impõe, em certa medida, como “necessárias” e “indispensáveis”. Foucault (1999; 2004; 2010) trás uma leitura bastante esclarecedora e coloca vários questionamentos que podem ser tomados como fonte desconstrução de ideias vigentes, dadas, talvez, com uma “naturalidade” descabida. As dimensões que aqui analisamos na categoria “ordem”, destacada nas fotografias, repercute em nossa noção de limites de uma normalidade dada em determinado espaço organizacional.

Dentro dos muros organizacionais, o olhar de Foucault (1991) nos auxilia a enxergar as relações de poder materializadas conforme ele sugeriu, por exemplo, nas instituições modernas, incluindo prisão, hospital, escola e fábrica, usam o panóptico para materializar as relações de poder. Foucault (1991) afirma que tais espaços:

São espaços que fornecem posições fixas e permitem a circulação; eles criam segmentos individuais e estabelecem vínculos operacionais; eles marcam local e indicam valores; eles garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia de tempo e gestos. São espaços mistos: reais porque governam a disposição de prédios, salas, móveis, mas também ideais, porque são projetados sobre esse arranjo de caracterizações, avaliações, hierarquias. (Foucault, 1991, p. 148 *tradução nossa*).

Por outro lado, quando centralizamos nossa análise na perspectiva de Certeau (1998) observamos a possibilidade de insurgência humana no espaço praticado em relação a imposição de tais técnicas disciplinares e estruturantes do consumo do espaço. As tecnologias sociais disciplinares, sob as quais situamos o controle organizacional, se mos-

tram falíveis a tais insurgências. Tanto para Certeau (1998) quanto para Foucault (1999), o poder é dinâmico e relacional compondo configurações instáveis entre as tentativas de controle e as subversões. A resistência nem sempre é pensada (consciente) como resistência ou contra-dominação, mas se opõe a ordem pelas características próprias a ordem. Por exemplo, quando o ordenamento do espaço limita o uso de determinados espaços para a passagem de pedestres ou para a parada de ônibus, a ordem surge como uma tentativa de determinar um uso que não é próprio aquele espaço. Nenhum espaço foi destinado por ordem sobre-humana a um uso específico, a despeito de alguns planejadores assim desejarem. O uso dos espaços é feito por meio de configurações instáveis, momentâneas, mutáveis, sendo a vivência do espaço eminentemente humana. Nesse sentido, a ordem convida a subversão em um movimento dinâmico de revisão constante dessas configurações.

No jogo do poder, as perdas e ganhos não são distribuídos de forma hierárquica e estável, os usos e as "artes do fazer", como sugere Certeau (1998), são definitivas para a apropriação dessas configurações. A definição de poder para Certeau (1998) não é boa nem ruim, é material. Um julgamento de valor para esse autor em nada resultaria. A análise a que empreendemos com o arcabouço teórico que tanto Certeau (1998) quanto Foucault (1999) nos oferecem está interessada nas manifestações do poder nas práticas sociais e em seu lastro de configurações.

Nesse sentido, pensar o controle organizacional a partir de uma análise do poder foucaultiana ou certeuniana envolve, sobretudo, pensar nos fluxos e na capilaridade de sua distribuição – sempre dinâmica. O controle retoma, sobretudo, sua condição de tentativa imprecisa, operação interminável e crença falível na estabilidade das configurações sociais na organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para identificar e analisar estratégias de controle e práticas subversivas exercidas pelos diferentes atores sociais em suas interações cotidianas no espaço organizacional de uma instituição federal de ensino superior, o presente estudo tratou do tráfego sobre o espaço físico de uma organização, buscando identificar elementos e aspectos que compõem o seu cotidiano. Para tanto, fundamentou-se na teoria das práticas cotidianas, segundo Certeau (1998), em particular, às definições de estratégia e tática em aproximação ao controle e à subversão exercidos pelos diferentes atores sociais em suas interações no espaço organizacional. Tomou-se uma instituição federal de ensino superior como *locus* investigativo e utilizou-se do método iconográfico para fazer registros das práticas sociais.

A universidade, ao estabelecer seus mecanismos, equipamentos e agentes de controle, se organiza e age diretamente sobre a conduta dos motoristas e, ao mesmo tempo em que determina e estimula a ordem, abre margem para subversões. Como visto nas imagens, os próprios usuários interferem no controle do tráfego ao estacionarem em locais proibidos ou se deslocarem pelas vias do *campus*. A subversão, entretanto, não subverte apenas as tentativas de ordem institucionais, mas valores e crenças sociais implicadas nas estruturas de ordenamento das práticas organizacionais. O poder é fluxo, contínuo e dinâmico, como sugerem os autores que empenhamos em nossa análise. Nesse sentido, as fotografias registram momentos em que determinadas subversões de determinados atores ficam evidentes. Entretanto, as configurações que emergem nas fotografias não são estáveis e tendem a reformulação.

Entende-se que as formas de subversão (ou táticas) ocorrem a partir da definição de estratégias de organização do espaço, o que significa que, nas formas de controle da universidade sobre o trânsito encontram-se lacunas, as quais são apropriadas pelos usuários de maneira diversa daquela que se espera no planejamento das normas. Disso

ocorre que, para além da capacidade organizativa de controle da IFES, os sujeitos praticam o trânsito por meio de outros registros, gerados informalmente no cotidiano de suas ações. Os elementos encontrados pela análise semissimbólica das fotos corroboram com a afirmação de que os sujeitos exercem poder, ainda que “micropoderes” (Foucault, 2004) ou “microliberdades” (Certeau, 1998), frente às estratégias da organização estudada.

Uma das limitações desse trabalho foi a impossibilidade metodológica de trabalhar informações em um período de tempo prolongado, revendo as consequências das práticas subversivas apresentadas para a criação de novas estratégias pela organização estudada, o que é esperado tendo em vista a dinâmica própria das práticas sociais. Nesse sentido, sugerem-se novas pesquisas e o estudo da dinâmica controle/subversão em um trabalho longitudinal, visando captar esses movimentos de renovação tanto de táticas, quanto de estratégias, a fim de confrontar os elementos aqui desenvolvidos.

Concluimos que a IFES é um espaço de conflitos em que, ao mesmo tempo em que são identificadas estratégias de organização, e o consequente desenvolvimento de uma ordem disciplinar para os elementos constituintes do seu espaço, são possíveis também táticas subversivas que atribuem aos sujeitos do cotidiano uma capacidade de lidar com esse espaço, e dele se reapropriar, uma vez que, muitas vezes, ele é planejado a despeito de suas expectativas. Nesse estudo abordamos o espaço organizacional como materialização das relações de poder (Taylor & Spicer, 2007) e nos empenhamos o referencial analítico de Certeau (1998) e Foucault (1999) para evidenciá-lo nas fotografias. Nossa análise contribui, sobretudo, para a compreensão da dinamicidade do poder nas organizações, seus fluxos e sua instabilidade que toma configurações diversas a partir das práticas cotidianas dos sujeitos e sujeitas sociais.

REFERÊNCIAS

Albertsen Niels & Diken Blent (2001). Mobility, justification, and the city. *Nordic Journal Architectural Research*, 14(1), 13-24.

Andrade, Luciana T., Jayme, Juliana G., & Almeida, Rachel C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrópole*, 21, 131-153.

Baeder, Berenice M. (2007). Olhar semi-simbólico de um desenho-charge de Angeli. *Estudos Semióticos*, 3, 1-11.

Brown, Graham (2005). *Territoriality in organizations: theory and measurement*. Doctoral thesis, University of British Columbia, Vancouver, Canada.

Carrieri, Alexandre P., Saraiva, Luiz Alex S., Lima, Gustavo C. O., & Maranhão, Carolina M. S. A. (2008). Estratégias subversivas de sobrevivência na "feira hippie" de Belo Horizonte. *Gestão.org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 6(2), 174-192.

Cavedon, Neusa R. (2005). Fotoetnografia: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não-ditos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 12(35), 13-27.

Certeau, Michel (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (3a ed). Petrópolis: Vozes.

Chauí, Marilena (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5-15.

Corrêa, Roberto L. (1996). Territorialidade e corporação: um exemplo. In Milton Santos, Maria A. A. Souza, & Maria L. Silveira (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação* (pp. 251-256). São Paulo: Hucitec/Anpur.

Felicíssimo, Manuella (2012). A imagem encantada: uma análise da persuasão a partir da leitura do plano de expressão da capa da revista Veja. *Estudos Semióticos*, 8(2), 91-98.

Fischer, Gustave N. (1994). Espaço, identidade e organização. In Jean.-F. Chanlat (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v. 2 (pp. 81-102). São Paulo: Atlas.

Foucault, Michel (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Foucault, Michel (2004). *Microfísica do poder* (19a ed). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*.

Foucault, Michel (1991). *Discipline and punish*. London: Penguin.

Hansen, Rodrigo S. (2002). El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *Eure*, 28(84), 5-19.

Harvey, David (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Josgrilberg, Fábio (2005). *Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo: Escrituras.

Mac-Allister, Mônica (2003). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. *Anais do Colóquio Internacional sobre Poder Local*, Salvador, BA, Brasil, IX.

Pereira, Denise C. & Carrieri, Alexandre P. (2005). Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. *RAE-eletrônica*, 4(1), art. 13.

Prestes Motta, Fernando C. (1993). Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 33(5), 68-87.

Raffestin, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Raffnsøe, Sverre, Gudmand-Høyer, Marius, & Thaning, Morten S. (2016). Foucault's dispositive: the perspicacity of dispositive analytics in organizational research. *Organization*, 23(2), 272-298.

Rodrigues, Suzana B. (1997). Cultura corporativa e identidade: desinstitucionalização em empresa de telecomunicações brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*, 1(2), 45-72.

Saraiva, Luiz Alex S. (2017). O poeta e a cidade: um estudo semissimbólico sobre artefatos culturais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1), 31-51.

Saraiva, Luiz Alex S. (2009). *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Starbuck, William H. (2003). The origins of organization theory. In Haridmos Tsoukas & Christian Knudsen (Eds.). *The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives* (pp. 143-183). Oxford: Oxford University Press.

Tacca, Fernando (2005). Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 9-17.

Taylor, Scott & Spicer, André (2007). Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 325-346.

ESPAÇO ORGANIZACIONAL E PODER: UMA ANÁLISE DAS TENTATIVAS DE ORDENAMENTO DO TRÁFEGO E DAS SUBVERSÕES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Resumo

Nesse trabalho tomamos como referência as práticas sociais de ordenamento e resistência sobre o controle do tráfego interno em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Nosso objetivo foi identificar e analisar estratégias de controle e práticas subversivas exercidas pelos diferentes atores sociais em suas interações cotidianas no espaço da organização. A pesquisa realizada neste trabalho foi de natureza qualitativa, com uso de dados visuais, analisados a partir de uma abordagem semissimbólica. Nossos resultados apontam para a dinamicidade do poder nas organizações e para possibilidades de reconfiguração das tentativas de ordenamento a partir de insurgências humanas. Afirmamos que o espaço organizacional é o espaço praticado pelos atores sociais e, portanto, lócus da materialização do poder que flui nas relações sociais.

Palavras-chave: Poder. Resistência. Subversão. Práticas cotidianas. Espaço Organizacional.

ESPACIO ORGANIZACIONAL Y PODER: UN ANÁLISIS DE INTENTOS PARA ORDENAR TRÁFICO Y SUBVERSIONES EN UNA INSTITUCIÓN FEDERAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen

En este trabajo, tomamos como referencia las prácticas sociales de orden y resistencia sobre el control del tráfico interno en una institución federal de educación superior. Nuestro objetivo fue identificar y analizar estrategias de control y prácticas subversivas ejercidas por diferentes actores sociales en sus interacciones diarias dentro de la organización. La investigación realizada en este trabajo fue de naturaleza cualitativa, utilizando datos visuales, analizados desde un enfoque semi-simbólico. Nuestros resultados apuntan al dinamismo del poder en las organizaciones y a las posibilidades de reconfigurar los intentos de ordenar desde las insurgencias humanas. Afirmamos que el espacio organizacional es el espacio practicado por los actores sociales y, por lo tanto, el lugar de la materialización del poder que fluye en las relaciones sociales.

Palabras clave: Poder. Resistencia. Subversión. Prácticas cotidianas. Espacio Organizacional.

ORGANIZATIONAL SPACE AND POWER: AN ANALYSIS OF ATTEMPTS TO ORDER TRAFFIC AND SUBVERSIONS IN A FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Abstract

In this work, we take as a reference the social practices of ordering and resistance over the control of internal traffic in a Federal Institution of Higher Education. Our objective was to identify and analyze control strategies and subversive practices exercised by different social actors in their daily interactions within the organization. The research carried out in this work was of a qualitative nature, using visual data, analyzed from a semi-symbolic approach. Our results point to the dynamism of power in organizations and to possibilities for reconfiguring attempts at ordering from human insurgencies. We affirm that the organizational space is the space practiced by social actors and, therefore, the locus of the materialization of power that flows in social relations.

Keywords: Power. Resistance. Subversion. Everyday practices. Organizational Space.

CONTRIBUIÇÃO

Bruno Eduardo Freitas Honorato

O autor declara que realizou a construção teórica, argumentativa e analítica do artigo, tendo contribuído também no aporte metodológico e em todos os outros campos do trabalho.

Glauce Cristine Ferreira Santos Viegas

A autora declara que realizou pesquisa bibliográfica, registros fotográficos, análises metodológicas, e considerações sobre o estudo realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Es autores declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

Es autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Honorato, Bruno E. F. & Viegas, Glauce C. F. S. (2020). Espaço organizacional e poder: uma análise das tentativas de ordenamento do tráfego e das subversões em uma Instituição Federal de Ensino Superior. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(19), 589-621.